



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/03/19	31/12/18
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		10.501	14.520
Caixa restrito	3.4	38.042	37.625
Contas a Receber de Clientes	4	13.825	8.035
Estoques		438	412
Créditos Fiscais a Recuperar	5	6.736	6.176
Valores a Receber	6	8.574	8.272
Outros Ativos		3.611	2.820
		81.727	77.860
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Valores a Receber	6	41.446	40.773
Depósitos Judiciais	7	342.914	329.969
Partes Relacionadas	8	293.215	293.215
Bens em Processo de Cessão	9	4.926	4.926
Cauções e Depósitos Vinculados	10	290.519	284.108
Outros Ativos		542	539
		973.562	953.530
Propriedade para Investimento		4.792	4.792
Imobilizado	11	1.066.224	1.068.889
Intangível		303	372
		2.044.881	2.027.583
Total do Ativo		2.126.608	2.105.443



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	31/03/19	31/12/18
Passivo Circulante			
Fornecedores		4.395	4.666
Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	12	25.527	26.716
Obrigações Tributárias	13	105.093	113.677
Obrigações Contratuais	14	189.030	180.226
Benefícios Pós Emprego	15	285.787	274.094
Receitas Diferidas		7.022	7.023
		616.854	606.402
Passivo Não Circulante			
Obrigações Tributárias	13	912.988	924.362
Obrigações Contratuais	14	48.872	48.872
Benefícios Pós Emprego	15	323.577	308.875
Arrendamento Mercantil	16	760.195	748.760
Provisão Para Contingências	17	252.208	252.635
Receitas Diferidas		23.412	25.752
Adiantamento P/ Futuro Aumento de Capital	18	198.658	195.697
		2.519.910	2.504.953
Patrimônio Líquido			
Capital Social	19	2.455.537	2.455.537
Prejuízos Acumulados		(3.465.693)	(3.461.449)
		(1.010.156)	(1.005.912)
Total do Passivo		2.126.608	2.105.443



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(Em milhares Reais)

	Nota	31/03/19	31/03/18
Operações Continuadas			
Receita Operacional Líquida		127.484	115.312
Custos da Operação	20	(21.479)	(26.479)
Lucro Bruto		106.005	88.833
Resultado Operacional			
Despesas Gerais e Administrativas	21	(46.500)	(60.783)
Depreciação		(1.062)	(988)
Provisões Contábeis Líquidas	22	(16.848)	1.016
Outras Receitas Operacionais	23	3.181	17.219
Outras Despesas Operacionais		(1)	(26)
		(61.230)	(43.562)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		44.775	45.271
Resultado Financeiro			
Resultado Financeiro Líquido	24	(49.019)	(152.756)
Resultado do Exercício		(4.244)	(107.485)
Quantidade de Ações		1.222.461.484	1.222.461.484
Prejuízo por Ação do Capital Social (em Reais)		(0,01)	(0,09)



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/03/19	31/03/18
Fluxo da Atividade Principal		
Resultado do Exercício	(4.244)	(107.485)
(+) Resultados Anteriores	0	0
(+) Depreciação e Amortização	2.792	2.580
Resultado Ajustado	(1.452)	(104.905)
Contas a Receber	(5.789)	(40.747)
Estoques	(26)	(30)
Créditos Fiscais a Recuperar	(560)	(555)
Valores a Receber	(302)	980
Outros Ativos	(791)	(505)
Fornecedores	(271)	1.775
Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	(1.189)	122
Obrigações Tributárias	(8.585)	14.106
Obrigações Contratuais	8.804	34.322
Benefícios Pós Emprego	11.692	7.907
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	1.531	-87.530
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Varição do Realizável a Longo Prazo	(20.033)	(23.464)
Varição do Ativo Permanente	(57)	(80)
Propriedade Para Investimentos	0	0
Imobilizado	(57)	(80)
Intangível	0	0
Conta Única do Tesouro Nacional - SIAFI	(417)	406
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento	(20.507)	(23.138)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Varição do Passivo Financeiro	14.957	108.825
Empréstimos e Financiamentos	11.434	8.119
Receitas Antecipadas	(2.340)	(2.340)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	2.961	3.111
Outros Passivos	2.902	99.935
Varição do Patrimônio Líquido	0	0
Aumento de Capital	0	0
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	14.957	108.825
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	(4.019)	(1.843)
Caixa e Equivalentes no Início do Período	14.520	28.163
Caixa e Equivalentes no Fim do Período	10.501	26.320



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de Reais)

	31/03/19	31/03/18
Receitas	115.496	121.282
Tarifas Portuárias	22.613	23.694
Arrendamentos Operacionais e Aluguéis	107.980	94.807
Provisão para Perdas Estimadas	(29.129)	0
Reversão de Provisões	14.032	2.781
Insumos Adquiridos de Terceiros	(10.932)	(11.436)
Materiais, Água, Energia e Serviços de Terceiros	(4.847)	(8.008)
Despesas Judiciais e Provisões para Riscos Judiciais	(4.318)	(919)
Outros custos	(1.767)	(2.509)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	104.564	109.846
Depreciação e Amortização	(2.792)	(2.580)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	101.772	107.266
Valor adicionado recebido em transferência	47.702	31.825
Receitas financeiras	47.631	31.750
Outras	71	75
Valor adicionado a distribuir	149.474	139.091
Distribuição do valor adicionado	149.474	139.091
Pessoal	55.123	51.161
Remuneração Direta (Ativos, Cedidos e Estagiários)	26.621	19.418
Benefícios	11.008	12.396
Benefícios Pós-emprego	4.668	5.041
FGTS	1.679	2.616
INSS	7.442	7.965
Encargos	732	768
Provisões	2.502	2.467
Honorários da Diretoria, CONSAD e CONFIS	471	490
Tributos	1.945	1.539
Federais	341	174
Estaduais	0	32
Municipais	1.604	1.333
Remuneração de capitais de terceiros	96.650	193.876
Despesas financeiras	96.650	184.505
Contratos	0	9.371
Resultado do Exercício	(4.244)	(107.485)



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/03/2019

Descrição	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos Iniciais	2.455.536	(3.461.449)	(1.005.913)
Aumento de Capital	0	0	0
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0
Resultado do Exercício	0	(4.224)	(4.224)
Saldos em 31 de março de 2019	2.455.536	(3.465.673)	(1.010.137)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/03/2018

Descrição	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos Iniciais	2.455.536	(3.442.963)	(987.427)
Aumento de Capital	0	0	0
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0
Resultado do Exercício	0	(107.485)	(107.485)
Saldos em 31 de março de 2018	2.455.536	(3.550.448)	(1.094.912)



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ, com sede na Rua Acre, 21 Centro – Rio de Janeiro – RJ, é uma empresa pública, cuja criação foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 794 de 27 de agosto de 1969, constituída sob a forma de sociedade anônima, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações, Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e, no que lhe for aplicável, pela Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. A CDRJ tem por objeto social realizar, direta ou indiretamente, em harmonia com os planos e programas do Ministério da Infraestrutura, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado - RJ.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia Docas do Rio de Janeiro, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

As demonstrações financeiras compreendem os resultados apurados no período compreendido entre 1º de janeiro de 2019 a 31 de março de 2019 – primeiro trimestre de 2019 – e estão sendo apresentadas em comparação ao mesmo período do exercício de 2018, nos termos no Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Nas operações realizadas com moedas estrangeiras, estas são convertidas para a moeda funcional (Real), utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto nos casos em que forem diferidos no patrimônio, caso ocorram operações de hedge de fluxo de caixa. Atualmente, a Companhia possui transações em moeda estrangeira em contratos de arrendamento provenientes da extinta PORTOBRAS, conforme nota explicativa 16.

3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

São as seguintes as práticas adotadas para a elaboração destas demonstrações financeiras:

3.1 Apuração do Resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência entre exercícios, sendo que a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços e arrendamento de áreas portuárias, apresentada líquida dos impostos. A CDRJ reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e quando seja provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e, ainda, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

3.2 Demonstração do Resultado Abrangente

Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes os quais pudessem compor a demonstração do resultado abrangente.

3.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes incluem dinheiro em caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de risco insignificante de mudança de valor e de alta liquidez.

3.4 Caixa Restrito

Representa os depósitos em Conta Única do Tesouro Nacional efetuados pela União, disponíveis para compromissos específicos em Investimentos. Os valores são remetidos por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

3.5 Instrumentos financeiros

(i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros em mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A Administração determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(ii) Ativos financeiros

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado.

(iii) Empréstimos e Recebíveis

Os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não estão cotados em um mercado ativo. São incluídos

como ativos circulantes todos aqueles com prazo de vencimento até o último dia do exercício seguinte; caso contrário, estes são classificados como não circulantes. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método de taxa de juros efetiva.

3.6 Contas a receber

As Contas a Receber de clientes referem-se aos recebíveis do ativo circulante, sendo os valores faturados correspondentes ao preço da tarifa vigente na data da prestação dos serviços e, no caso de arrendamento de áreas, pelos valores contratados. No saldo de contas a receber estão incluídos todos os serviços prestados e todas as receitas com arrendamentos até a data do encerramento do exercício. Do total do Contas a Receber, a Companhia deduz as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD) correspondendo à diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O prazo médio de recebimento das contas a receber é de 30 dias, prazo considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes às operações da Companhia. As PECLD são constituídas para todos os créditos vencidos e não recebidos há mais de 180 dias, em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização destes créditos. Também haverá a constituição de perdas para os créditos vencidos há menos de 180 dias, quando for improvável a realização do crédito, dentro do vencimento, por motivos previamente conhecidos.

3.7 Estoques

Os estoques referem-se a itens de almoxarifado a serem utilizados nas atividades da empresa e estão avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado.

3.8 Créditos Fiscais a Recuperar

Correspondem aos saldos credores de PIS e COFINS a serem utilizados para futuras compensações, além do imposto de renda sobre aplicações financeiras e imposto de renda e contribuição social retidos por outros órgãos públicos.

3.9 Bens em Processo de Cessão

Uma vez classificados como bens disponibilizados para vendas e/ou cessão, os ativos não são depreciados e seu registro se dá pelo menor valor entre seu valor residual e seu valor de mercado. Os valores estão sendo informados na nota explicativa 9.

3.10 Cauções e Depósitos Vinculados

Correspondem a valores bloqueados e valores dados em garantia em processos de cobrança, os quais a Companhia mantém discussão acerca dos valores envolvidos e sua exigibilidade.

3.11 Propriedade para Investimentos

Propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital e não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

3.12 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens e não ultrapassa os índices de dedutibilidade admitidos pela legislação fiscal.

3.13 Intangível

O ativo intangível está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens e não ultrapassam os índices de dedutibilidade admitidos pela legislação fiscal.

3.14 Obrigações Trabalhistas Fiscais e Contratuais

As obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais foram atualizadas, até a data do balanço.

3.15 Benefícios Pós-Emprego

Os benefícios concedidos a empregados e seus beneficiários, em especial os planos de aposentadoria e pensão junto ao PORTUS – Instituto de Seguridade Social, decorrem de termos de confissões de dívidas e de cálculos atuariais.

3.16 Arrendamento Mercantil

Os valores provenientes de contratos de *leasing*, recebidos por transferência da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRÁS, são atualizados pelas taxas iniciais contratadas, mantidos no passivo até a liquidação da dívida, conforme detalhado na nota explicativa 16.

3.17 Provisões para Contingências

As provisões para contingências foram reconhecidas com base nas estimativas de perdas prováveis em ações nas quais a Companhia é parte reclamada, mensuradas através de relatórios gerenciados pela Superintendência Jurídica da CDRJ, sendo o seu reconhecimento, mensuração e divulgação efetuados em atendimento ao CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

3.18 Receitas Diferidas

Devido à realização de operação de antecipação de recebíveis junto à União, por conta de cessão de créditos futuros, da carteira de clientes da CDRJ, as receitas inerentes a estes créditos são reconhecidas à medida que são incorridas, em atendimento ao regime de competência.

3.19 Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa do imposto de renda e da contribuição social são apropriadas na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionadas com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas leis tributárias vigentes.

4 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em contas a receber de clientes, a CDRJ vem reconhecendo em provisão para créditos de liquidação duvidosa todos os valores vencidos há mais de 180 dias ou antes, caso seja improvável a realização do crédito. As contas a receber a vencer são realizáveis no prazo médio de 30 dias, não sendo relevante o ajuste ao valor presente. Os valores registrados são:

	31/03/2019	31/12/2018
Clientes Nacionais	202.189	180.953
(-) Perdas Estimadas	(188.364)	(172.918)
Totais	13.825	8.035

5 – CRÉDITOS FISCAIS A RECUPERAR

O detalhamento dos créditos tributários está composto abaixo:

	31/03/2019	31/12/2018
Imposto de Renda	5.924	5.455
Contribuição Social	812	721
Totais	6.736	6.176

6 – VALORES A RECEBER

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Município do Rio de Janeiro	6.336	6.306	40.612	40.773
Convênio CDRJ x INEA	1.200	1.200	0	0
Acordos – Créditos a Receber	250	0	834	0
Outros Valores a Receber	788	766	0	0
Totais	8.574	8.272	41.446	40.773

Município do Rio de Janeiro compreende o saldo a receber referente à indenização por desapropriação administrativa de 14 (catorze) imóveis ou terrenos urbanos de titularidade da CDRJ, nos termos do Decreto Presidencial não numerado, de 10 de setembro de 2013, o qual autorizou o Município do Rio de Janeiro a declarar de utilidade pública o domínio público dos imóveis pertencentes à CDRJ, destinados à implantação da urbanização da área portuária.

O **Convênio CDRJ/INEA** refere-se ao repasse da União para o Instituto Estadual do Ambiente, a título de investimento no Programa de Saneamento de Sepetiba, conforme Termo de Convênio nº 120/2012, assinado entre a CDRJ e o INEA, visando ações de despoluição da Praia de Sepetiba. Em contrapartida, o convênio possibilita a CDRJ pugnar pela compensação do valor em face da execução movida pelo Ministério Público Federal, nos autos da Ação Civil Pública nº 2003.51.01.022386-0. Após o término do contrato, o INEA realizou a prestação de contas e pleiteou novo aditivo com fins de utilização do saldo de R\$ 1.200 mil (referente ao valor não utilizado de R\$ 500 mil e atualização no valor de R\$ 700 mil) que deveria ser restituído à CDRJ. A Diretoria Executiva da CDRJ rejeitou a proposta e propôs o ajuizamento de ação visando o ressarcimento do saldo remanescente, devidamente atualizado.

Acordos – Créditos a Receber compreende o saldo a receber referente aos acordos de confissão de dívidas firmados com clientes.

7 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Valores relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios:

	31/03/2019	31/12/2018
Ações Judiciais - IPTU	13.408	13.408
Ações Judiciais - Portus	234.496	230.881
Outras Ações Judiciais	95.010	85.680
Totais	342.914	329.969

As Ações Judiciais – IPTU tratam de pedidos de reconhecimento de imunidade tributária, em face dos Municípios do Rio de Janeiro, Niterói, Itaguaí e Angra dos Reis, nas quais foram depositados em juízo os valores correspondentes ao Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU dos exercícios de 2013 a 2015.

As Ações Judiciais – Portus são referentes a depósitos judiciais, nos autos dos seguintes processos:
0105594-59.2004.8.19.0001 – 21ª Vara Cível do Rio de Janeiro
0038850-87.2001.8.19.0001 – 33ª Vara Cível do Rio de Janeiro
0148310-43.2000.8.19.0001 – 49ª Vara Cível do Rio de Janeiro
0019587-82.2013.4.02.5101 – 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Outras Ações Judiciais compreendem os depósitos judiciais no processo da verba salarial denominada VPNI, no valor aproximado de R\$ 27.878 mil (R\$ 22.468 mil, em 2018), além dos bloqueios em processos das Varas do Trabalho.

8 – PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém recursos em conta específica pertencente ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, segundo nota explicativa 3.4. Entretanto, por solicitação de sua controladora, foram transferidos, através do SIAFI, os montantes de R\$ 279.900 mil e R\$ 13.315 aos cofres do Governo Federal, em 2014 e 2015, respectivamente.

9 – BENS EM PROCESSO DE CESSÃO

São terrenos na área do porto organizado de Itaguaí, baixados para cessão à União para utilização no programa de construção da Base e Estaleiro Naval e área de apoio para submarinos convencionais e nucleares para a Marinha do Brasil, através do Protocolo de Intenções firmado entre SEP/PR, Ministério da Defesa, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, Comando da Marinha e Companhia Docas do Rio de Janeiro, datado de 17/03/2010 e Contrato C-SUPJUR nº 50, de 10/08/2010. O valor encontra-se registrado nesta conta aguardando o encerramento do processo de dação dos bens, que terá como contrapartida a redução da participação da União no Capital Social da Companhia.

10 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Os seguintes valores compõem o grupo:

	31/03/2019	31/12/2018
Recursos Bloqueados RSD	9.232	9.232
Bloqueios em Conta Corrente	132.331	126.266
Bloqueios em Ações do Leasing	137.197	137.197
Recursos Judiciais	11.759	11.413
Totais	290.519	284.108

Recursos Bloqueados RSD referem-se aos valores de Reembolso de Serviço de Dragagem depositados no BNDES como garantia aos contratos de *Leasing* da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRÁS. Tais recursos encontram-se bloqueados em Juízo na 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Bloqueios em Conta Corrente são relativos a diversas ações trabalhistas e algumas cíveis, com pedido de penhora judicial em conta bancária.

Bloqueios nas Ações do *Leasing* Portobrás são penhoras na receita da CDRJ para garantia dos processos judiciais nº 1998.001.185286-0, movido pela Companhia Inter-Atlântico de Arrendamento Mercantil, e nº 0102697-82.2009.8.19.000, movido pela Companhia Brooklin Empreendimentos S/A.

Recursos Judiciais registra os pagamentos de interposição de recursos ordinários, embargos de declaração, recurso de revista, agravo de instrumento, agravo interno e demais medidas jurídicas.

11 – IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está assim composto:

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido 31/03/2019	Líquido 31/12/2018
Bens em Operação	287.350	(144.411)	142.939	143.397
Bens - Administração	985.375	(128.953)	856.422	858.629
Imobilizado em Andamento	51.292	0-	51.292	51.292
Imobilizado a Classificar	16.321	(750)	15.571	15.571
Totais	1.340.338	(274.114)	1.066.224	1.068.889

12 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ASSISTENCIAIS

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/03/2019	31/12/2018
Remunerações	8.970	10.054
Consignações	444	391
Mesada Judicial	267	284
Provisões e Encargos	15.846	15.987
Totais	25.527	26.716

13 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias, demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicáveis, incorridos até a data do balanço, têm a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
IPTU	13.732	13.191	0	0
ISS	3.395	3.382	469.334	469.334
Parcelamentos Federais	38.488	37.730	443.654	455.028
PASEP/COFINS	20.006	27.709	0	0
IR e CSLL	7.311	7.690	0	0
INSS/FGTS	3.344	5.099	0	0
ATP	6.820	6.820	0	0
Taxa de Ocupação	11.322	11.322	0	0
Outros	675	734	0	0
Totais	105.093	113.677	912.988	924.362

O saldo de **IPTU** a recolher é referente a dois acordos de pagamento com o Município do Rio de Janeiro, de débitos inscritos em Dívida Ativa em 2009, inscrições 1810258-2 e 3017358-7, os quais a CDRJ não recolhe desde janeiro de 2013, além dos impostos relativos aos exercícios de 2016 e 2017 dos Municípios do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis.

O **ISS** de curto prazo refere-se ao recolhimento mensal habitual, além de valores de exercícios anteriores, em cobrança amigável. Os valores do longo prazo, vencidos e não pagos desde julho de 1989, estão sendo cobrados pelo Município do Rio de Janeiro por meio de seis processos judiciais, em fase de execução, que tramitam na 12ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital.

Os **Parcelamentos Federais** compreendem quatro modalidades do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, cuja adesão ocorreu em 14 de novembro de 2017, dois parcelamentos ordinários – Previdenciário e PIS/COFINS, aderidos em 28 de maio de 2018 e 13 de julho de 2018, respectivamente, além de dois processos de pagamento mensal de multas aplicadas pela ANTAQ.

O **ATP** – Adicional de Tarifa Portuária, instituído pela Lei nº 7.700, de 21 de dezembro de 1988, tratava-se de cobrança de taxa cuja base de cálculo eram as operações de importação e exportação, objeto do comércio na navegação de longo curso. A Lei nº 9.309, de 2 de outubro de 1996 revogou a supracitada Lei e, conseqüentemente, extinguiu a cobrança do adicional. O saldo permaneceu registrado contabilmente até 26/02/1999, quando a União efetuou transferência do valor aproximado de R\$ 16,8 milhões para baixa parcial do passivo, tendo o aumento do Capital Social como contrapartida.

14 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

As obrigações contratuais são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicáveis, incorridos até a data do balanço, e possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Depósito Cauçionado	7.373	6.481	0	0
Expansão Terminal 1	16.619	21.081	48.872	48.872
Cessão de Crédito	162.210	149.898	0	0
Outros	2.828	2.766	0	0
Totais	189.030	180.226	48.872	48.872

A **Expansão do Terminal 1** constitui obrigação assumida com o Grupo Libra, referente às obras de ampliação do cais da área arrendada (Terminal 1). As obras, por força do 12º (décimo-segundo) Termo Aditivo ao Contrato C-DEPJUR nº 010/98, assinado em 16 de setembro de 2011, eram de responsabilidade da CDRJ, mas foram financiadas pela arrendatária. A Diretoria Executiva, em sua 2098ª reunião, realizada em 7 de outubro de 2014, deliberou pelo ressarcimento das despesas à arrendatária. O término do contrato está previsto para 16 de janeiro de 2023. A CDRJ vem amortizando, mensalmente, o saldo devedor do contrato por meio de compensações com valores devidos pela Libra, referentes à parte fixa e variável do arrendamento.

A **Cessão de Crédito** refere-se aos contratos firmados entre a CDRJ e a União, nos quais a CDRJ transferiu à União parte dos direitos de créditos decorrentes dos contratos de arrendamento firmados com a Libra Terminal Rio e Sepetiba Tecon, vencíveis até o exercício de 2023. A União efetuou o pagamento à CDRJ em Letras Financeiras do Tesouro Nacional, com objetivo exclusivo de quitação de passivo trabalhista. Os valores contabilizados referem-se às parcelas não recolhidas, ou recolhidas parcialmente, e à atualização de valores pagos em atraso.

15 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A CDRJ é patrocinadora, em conjunto com as demais empresas do sistema portuário, de um plano de suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários. Este fundo, do tipo “benefício definido”, é administrado pelo Portus – Instituto de Seguridade Social, entidade de previdência complementar, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. A CDRJ contribui com uma parcela mensal sobre a massa de salários dos empregados participantes, paritária aos valores por eles recolhidos.

A responsabilidade da patrocinadora CDRJ, incluindo o déficit atuarial, conforme informações apresentadas pelo Portus no seu relatório referente ao exercício de 2018, é de, aproximadamente, R\$ 701.611 mil (R\$ 954.493 mil em 2017). Faz-se necessário registrar que a diferença entre os valores apresentados pelo Portus e aqueles reconhecidos pela CDRJ continuam em controvérsia, motivo pelo qual a questão está sendo discutida na esfera judicial.

A CDRJ e o PORTUS – Instituto de Seguridade Social assinaram, no dia 1º de outubro de 2015, termo de confissão de dívidas, com indicação de forma de pagamento de contribuição patronal. O acordo foi consequência da criação, pela Presidência da República, de um grupo de trabalho com a finalidade de apurar a dívida das patrocinadoras com o Portus. Entretanto, os repasses da União ocorreram apenas no exercício de 2016 e não foram suficientes para liquidar o débito confessado.

As contas possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Contribuições Correntes	1.624	2.842	0	0
Confissão de Dívidas	284.163	271.252	0	0
RTSA	0	0	323.577	308.875
Totais	285.787	274.094	323.577	308.875

16 – ARRENDAMENTO MERCANTIL

Trata-se de contratos de *leasing* de equipamentos portuários transferidos da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRAS para a CDRJ, administrados pelas seguintes empresas:

- Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil (Banco J.P. Morgan S/A)
- Comind *Leasing* Arrendamento Mercantil S/A; (Brooklin Empreendimentos S/A)
- Unibanco *Leasing* S/A (DIBENS Leasing S.A)
- Manufactures Hannover (Banco J.P. Morgan S/A)

Em relação ao contrato firmado com a Companhia Inter Atlântico, em 03 de janeiro de 2006, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro decidiu pelo bloqueio de 40% (quarenta por cento) da receita bruta da CDRJ, até o valor aproximado de R\$ 135,6 milhões, para garantia do processo judicial nº 0190316-36.1998.8.19.0001, em cumprimento ao mandado de intimação expedido pela 11ª Vara Cível. No exercício de 2011, houve liberação de recursos ao Banco J.P. Morgan, agente financeiro da Credora. A execução foi extinta em 22 de novembro de 2015, época em que a credora deu quitação da dívida.

Quanto ao contrato firmado com o Comind, em 21 de setembro de 2010 foi expedida intimação pelo TJ/RJ, determinando o bloqueio de 20% da receita devida pelos arrendatários, para garantia do processo judicial nº 0102697-82.2009.8.19.000, movido pela Companhia Brooklin Empreendimentos S/A, adquirente dos direitos creditórios da Comind. Também houve liberação de recursos bloqueados no exercício de 2011. A execução foi extinta em 30 de janeiro de 2017.

A CDRJ entendeu que os valores bloqueados superaram as ordens de bloqueio e entrou com pedido junto à 11ª Vara Cível do Rio de Janeiro para a liberação do saldo remanescente. Apesar do pedido, os valores foram transferidos para as demais execuções judiciais movidas pela DIBENS Leasing S.A (sucessora da Unibanco Leasing) e pelo Banco J.P. Morgan, detentora dos direitos da Manufactures Hannover.

As execuções em curso (DIBENS e J. P. Morgan) tramitam na 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com ordem de penhora no faturamento da CDRJ.

Os valores foram contratados em moeda estrangeira e permanecem registrados na contabilidade, devidamente atualizados:

	Não Circulante	
	31/03/2019	31/12/2018
Unibanco	143.831	141.661
Hannover	616.364	607.099
Totais	760.195	748.760

17 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A CDRJ constitui provisões para processos trabalhistas, cíveis e tributários a valores considerados pela Superintendência Jurídica como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis e estão compostas da seguinte maneira:

	31/03/2019	31/12/2018
Trabalhistas	250.586	251.013
Cíveis	406	406
Tributárias	1.216	1.216
Totais	252.208	252.635

As Provisões são reconhecidas tendo como base as opiniões dos advogados e estimativas sobre o valor a ser desembolsado em cada ação, na hipótese de condenação por sentença definitiva. Os critérios utilizados pela Superintendência Jurídica para apuração dos montantes e classificação das demandas estão relacionados ao andamento dos processos. Assim, nos casos de execução, o valor estimado considerado como perda provável será o valor da condenação e, nos casos em que os processos se encontram em fase de cognição, será o valor da causa. As ações demandam apuração em sede de procedimento judicial específico de liquidação, o que é sempre realizado no momento processual adequado, individualmente, por perícia/assistência técnica, resguardado o interesse da Companhia. A Sociedade de Advogados Tostes & de Paula Advocacia Empresarial atua nos processos trabalhistas. As ações Cíveis e Tributárias são acompanhadas pelos advogados da Companhia.

17.1 – Perdas Possíveis Não Provisionadas no Balanço

A Companhia possui outras contingências nas quais, conforme opinião dos advogados, as probabilidades de perdas são remotas ou até possíveis. Contudo, há contingências que, devido ao valor das ações, podem propiciar perdas relevantes à CDRJ em R\$ 831.336 mil, sendo:

- Ações Trabalhistas - R\$ 64.240
- Ações Cíveis - R\$ 164.144
- Ações Tributárias - R\$ 602.952

18 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Trata-se de recursos aportados pela União destinados a programas de investimentos na Companhia. Os valores sofrem a incidência de atualização financeira com base na variação da Taxa SELIC até a sua capitalização, conforme Decreto nº 2.673/1998.

O grupo possui a seguinte composição:

	31/03/2019	31/12/2018
Repasso ao Portus (2013 a 2016)	186.635	183.853
Subscrição do Estado do Rio de Janeiro	2	2
Modernização Portuária	9.724	9.579
Gerenciamento de Resíduos	1.149	1.132
Correção Monetária Decreto 2.673/98	1.148	1.131
Totais	198.658	195.697

19 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, no montante de R\$ 2.455.537 mil está representado por 1.222.461.484 ações:

Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total
União	611.151.091	611.151.092	1.222.302.183
Estado do Rio de Janeiro	79.651	79.650	159.301
Totais	611.230.742	611.230.742	1.222.461.484

O último aumento de Capital Social da Companhia foi homologado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Docas do Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 2015.

Respalhada na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, a CDRJ resgatou as ações de propriedade de acionistas privados, no exercício de 2018, o que resultou na alteração de sua forma jurídica para Empresa Pública.

20 – CUSTOS DA OPERAÇÃO

Os custos das operações possuem a seguinte composição:

	31/03/2019	31/03/2018
Pessoal e Encargos	13.962	17.388
Manutenção	2.112	4.001
Serviços de Terceiros	1.470	1.515
Depreciação e Amortização	1.661	1.546
Provisões	750	740
Impostos e Taxas	1.524	1.289
Totais	21.479	26.479

21 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

O grupo possui a seguinte composição:

	31/03/2019	31/03/2018
Pessoal e Encargos	38.658	45.473
Manutenção	2.119	4.089
Serviços de Terceiros	764	885
Legais e Judiciais	4.131	475
Contratuais	0	9.371
Outras	828	490
Totais	46.500	60.783

Os encargos com a atualização dos contratos de cessão de créditos, citados na nota explicativa 14, classificados como **Despesas Contratuais**, passaram a ser registradas como despesas financeiras, no 3º trimestre de 2018.

As **Despesas Legais e Judiciais** compreendem os gastos com custas processuais, perícias judiciais e pagamentos de condenações cujas provisões de perdas não foram estimadas pela Superintendência Jurídica, ou foram estimadas a menor.

22 – PROVISÕES CONTÁBEIS LÍQUIDAS

As Provisões estão compostas da seguinte maneira:

	31/03/2019	31/03/2018
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(16.779)	0
Provisão de Férias	1.681	2.398
Provisão para o 13º Salário	(1.614)	(1.584)
Provisão para FGTS do 13º Salário	(137)	(143)
Provisão para Contingências	1	345
Totais	(16.848)	1.016

O registro das **Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa** leva em consideração os créditos vencidos há mais de 180 dias e não pagos até a data do balanço, além daqueles que, embora vencidos há menos tempo, apresentam incerteza quanto à sua liquidez.

23 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

O grupo possui a seguinte composição:

	31/03/2019	31/03/2018
Aluguel	3.042	3.090
Multas Aplicadas	3	56
Recuperação de Vencimentos	0	13.928
Outras	136	145
Totais	3.181	17.219

A conta **Recuperação de Vencimentos**, que registra o recebimento do ressarcimento com os gastos relativos aos empregados da CDRJ cedidos a outros órgãos ou entidades, deixou de ser contabilizada como receita, no exercício de 2019, e passou a compor o grupo das contas redutoras do grupo Gastos com Pessoal.

24 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O grupo possui a seguinte composição:

	31/03/2019	31/03/2018
Receitas Financeiras	5.737	3.635
Despesas Financeiras	(50.276)	(154.402)
Variações Monetárias Ativas	41.894	28.114
Variações Monetárias Passivas	(46.374)	(30.103)
Totais	(49.019)	(152.756)

25 – REMUNERAÇÃO PAGA

As remunerações pagas pela empresa aos seus diretores e empregados, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos foram:

	Valores expressos em Reais	
	31/03/2019	31/12/2018
Maior remuneração paga aos diretores	40.470,65	40.395,99
Maior remuneração paga aos empregados	145.541,80	65.623,35
Menor remuneração paga aos empregados	1.325,54	1.502,28
Remuneração média aos empregados	12.350,46	11.659,87

26 – APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A autorização, pela Diretoria Executiva, para a conclusão da preparação destas demonstrações, ocorreu em 30 de maio de 2019

FRANCISCO A. M. LARANJEIRA
DIRETOR – PRESIDENTE
CPF Nº 332.852.767-20

SHALON CHARLES S. GOMES
DIRETOR
CPF Nº 014.363.387-27

FREDERICO RIBEIRO KLEIN
DIRETOR
CPF Nº 012.950.577-35

HELIO SZMAJSER
DIRETOR
CPF Nº 553.615.367-68

EDUARDO PIRES SOARES
CONTADOR – CRC/RJ 110913/O-7
CPF Nº 080.022.657-77